



Utilize o QrCode para
acessar nosso portal



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO N.º

5030706-18.2020.8.21.0001

72º Relatório Mensal de Atividades

Competência: março 2023
Apresentado em maio de 2023



ÍNDICE

1. Introdução
 1. Cronograma processual
 2. Acompanhamento processual
2. RESUMO
 1. Resultados
 2. Quadro de colaboradores
 3. Fluxo de caixa
 4. Endividamento concursal
 5. Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial
 6. Pendências e esclarecimentos
 7. Acompanhamento do Administrador Judicial
3. DADOS econômico-financeiros
 1. Balanço Patrimonial
 2. Demonstrativo de Resultados
 3. Fluxo de Caixa
4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL
 1. Dívida tributária
 2. Bancos credores não sujeitos à RJ
5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 1. Proposta de pagamento
 2. Prestação de contas



O pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado em 10.11.2015, tendo seu processamento deferido em 19.11.2015.

Acerca da tramitação processual, importante destacar que o Juízo fixou como marco temporal inicial para cumprimento do Plano e Recuperação Judicial a data de 06.11.2017, dia em que publicadas as decisões que julgaram os recursos interpostos, contra a decisão de concessão da Recuperação Judicial.

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da empresa CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA.

Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda.

As referidas informações foram extraídas dos autos da recuperação judicial, principalmente, as contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas nas obras da empresa, bem como de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda.

A Recuperanda vem cumprindo suas obrigações processuais, com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). O prazo para envio das demonstrações contábeis e demais documentos requeridos à CBG é o dia 15 do mês

subsequente. Esta Administração Judicial recebeu os documentos de março/2023, com atraso, em 20/04/2023 referente à CBG e no dia 12/05/2023 da subsidiária BGSE. Os questionamentos da CBG enviados em 10/05/2023, foram respondidos em 12/05/2023. Os questionamentos da BGSE, enviados em 18/05/2023, foram respondidos, com atraso, em 23/05/2023. Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

1. ASPECTOS JURÍDICOS – CRONOGRAMA PROCESSUAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Data	Evento	Lei 11.101/05	Data	Evento	Lei 11.101/05
10.11.2015	Ajuizamento do Pedido de Recuperação		29.05.2016	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
19.11.2015	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º	19.08.2016	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 56, § 1º
25.11.2015	Publicação do deferimento no D.O.		13.10.2016	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56, § 1º
19.01.2016	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 52, § 1º	19.05.2016	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
03.02.2016	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º	03.03.2017	Homologação do PRJ	
01.03.2016	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53	06.11.2017	Marco temporal fixado pelo juízo, para fins de cumprimento do plano	
19.05.2016	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único	06.11.2019	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ de 2 anos após a concessão de recuperação judicial)	art. 61
18.06.2016	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único	31.01.2023	Aguarda-se cumprimento das obrigações previstas no plano para encerramento do processo.	
19.05.2016	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º			

Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos previstos na Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.

Eventos ocorridos

Data estimada

SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO

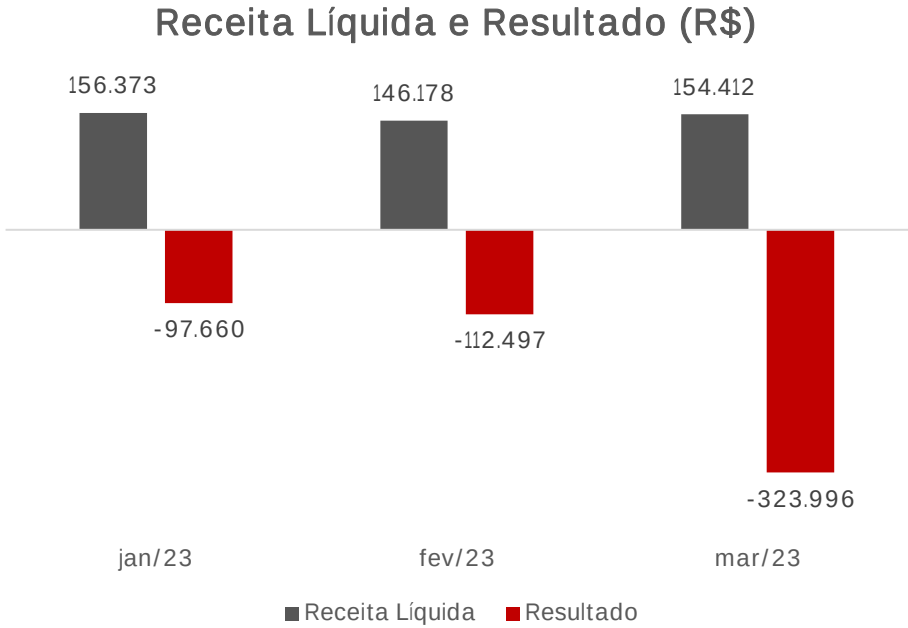
- A decisão do evento 276, proferida em 11.12.2020, concedeu prazo de 15 (quinze) dias à Recuperanda para comprovação do adimplemento integral da classe preferencial líquida inferior a R\$ 70.000,00 e das classes quirografária e ME/EPP referente aos créditos inferiores a R\$ 10.000,00. Recebeu mesmo prazo para apresentar o plano de loteamento do imóvel de matrícula n.º 5.862, a ser destinado aos créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, e indicar a solução a ser dada às rubricas de FGTS devidas à categoria. A decisão também deferiu a alienação das UPIs, adotando a modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. A empresa demonstrou à Administração Judicial a quitação de parte dos créditos determinados, sendo que maiores informações sobre o cumprimento do PRJ poderão ser apreciadas no item "Prestação de Contas" neste relatório.
- Sobre os créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, a Recuperanda se manifestou no evento 299, em 27.01.2021, indicando estar na fase de expedição da licença ambiental. Para tanto, postulou a dispensa da apresentação de determinadas certidões negativas exigidas pelo Registro de Imóveis para individualização dos lotes, o que foi deferido pelo Juízo o evento 306. A mesma situação apresentou quanto ao loteamento do imóvel de matrícula n.º 2.216, destinado ao pagamento dos credores com garantia real e credores aderentes. Recentemente, no evento 340, informou que o processo de individualização das matrículas está em andamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Portão/RS.
- Na decisão do evento 306, além de deferir a dispensa de apresentação das certidões negativas, o Juízo nomeou o Leiloeiro José Santayana para promover a alienação das UPIs, conforme PRJ. O profissional apresentou o edital de leilão no evento 345, estando no aguardo da homologação das datas pelo Juízo e posterior publicação no Diário de Justiça Eletrônico.
- Acerca dos débitos de FGTS, a Recuperanda se manifestou recentemente no evento 327, indicando ter solicitado adesão ao Programa de Parcelamento MP 899/2019 e Portaria 11.956/2019, estando finalmente habilitada a proceder com o parcelamento das verbas. Informa estar diligenciando junto à PGFN/CEF para efetivação das parcelas.
- Já no evento 326, a empresa reiterou pedido de baixa de constrições judiciais, bloqueios da Fazenda Nacional e alienação de veículos. Sobre as constrições judiciais e bloqueios da Fazenda Nacional, a Administração Judicial apresentou manifestação no evento 342, não se opondo ao pedido. Já sobre o pedido de alienação de bens, postulou maiores esclarecimentos da Recuperanda sobre quais são os bens pretendidos e sua situação atual. A empresa apresentou documentação pertinente ao patrimônio a ser alienado diretamente à Administração Judicial, que se manifestou favoravelmente ao pedido. Não houve deliberação sobre o ponto, nem reiteração do pedido pela Recuperanda.
- Foram realizadas as três chamadas de leilão das UPIs, conforme previsto no PRJ, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. A Administração Judicial se manifestou pela homologação da arrematação da UPI "B" e pela não homologação da proposta de arrematação pela UPI "D". O Juízo acatou a manifestação da Administração Judicial, de modo que, em 29.11.2021, no evento 583, homologou a arrematação da UPI "B" e não homologou a proposta de arrematação da UPI "D". Certificada a ausência de impugnações, o Leiloeiro indicou novas datas para leilão, já acolhidas pelo Juízo: 27.07.2022, 10.08.2022 e 24.08.2022. A UPI remanescente foi alienada na segunda chamada do leilão, em 10.08.2022.
- Na manifestação do evento 836, a Administração Judicial postulou a intimação da Recuperanda, para falar, dentre outros pontos, sobre a regularização dos créditos fiscais estaduais, o parcelamento solicitado junto à CEF quanto às rubricas de FGTS e sobre o andamento das ações objeto do PRJ. A empresa foi intimada e respondeu parcialmente no evento 897, informando que está em contato com a PGE/RS para parcelamento dos débitos fiscais e que está em andamento a solicitação e parcelamento do FGTS junto à PGFN. O andamento das ações objeto do PRJ não foi respondido pela Recuperanda.
- No evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias teve início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS, e no evento 1209 a Recuperanda apresentou o relatório de conclusão do loteamento. No evento 1249 credores trabalhistas apresentaram impugnação à conclusão, acostando laudo e documentos que demonstram estar inacabado o empreendimento. Tais documentos levaram à decisão liminar no agravo de instrumento nº 5222410-07.2022.8.21.7000, desobrigando os credores a receberem os lotes como dação em pagamento.
- No momento, aguarda-se definição quanto aos agravos de instrumento nº 5222410-07.2022.8.21.7000 e 5070855-06.2023.8.21.7000, que tratam sobre o loteamento aos credores trabalhistas e a cessão de créditos aos credores quirografários.

➤ RECURSOS CONTRA DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

- Houve o trânsito em julgado do acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento de nº 70080729114, promovido pela Plata Securitizadora S/A, em que apresentada irresignação contra a decisão que homologou o plano apresentado e concedeu a Recuperação Judicial.
- Os recursos movidos pelo Banco do Brasil S/A em face da homologação do plano de recuperação judicial aprovado tiveram o seguinte deslinde: agravo de instrumento de nº 70073250235 não provido; recurso especial nº 70076374115 não admitido; agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS não conhecido; e agravo interno no agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS desprovido.
- O agravo de instrumento de nº 70073235962, interposto por Banco Caterpillar S/A, igualmente contra a homologação do plano de recuperação, foi improvido ainda em 2018 com trânsito em julgado no mesmo ano.
- Não diferem os resultados obtidos pelo Banco Bradesco S/A nos recursos aviados contra a homologação do plano: agravo de instrumento de nº 70073470510 negado provimento; embargos de declaração não acolhidos, recurso especial não admitido, e agravo em recurso especial de nº 70077898096 não conhecido pela intempestividade, já com trânsito em julgado.

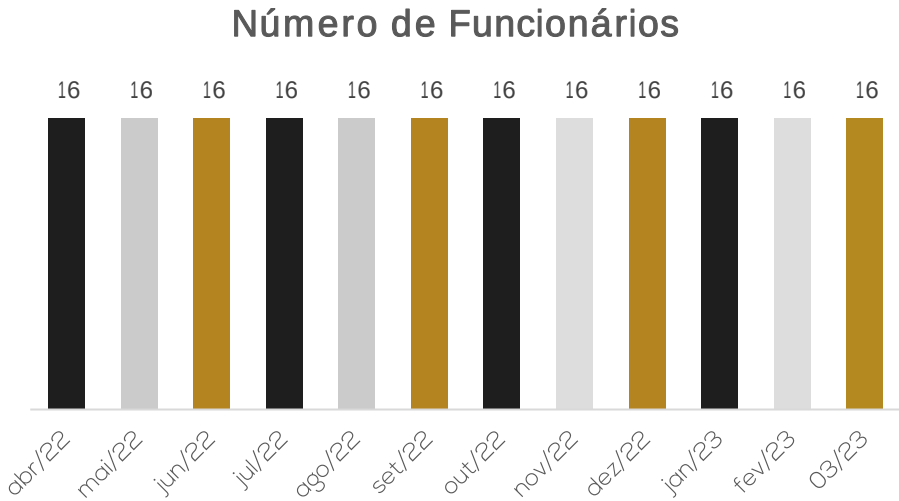


RESULTADOS



Em março, a receita líquida totalizou R\$ 154,4 mil, ou seja, um acréscimo de 6%, devido ao aumento de venda de pedra britada (R\$ 34 mil). Além disso, houve receita com a locação de equipamentos para a Planaterra (R\$ 130 mil). O faturamento não foi suficiente para suprir os custos e despesas da operação, assim o prejuízo do mês foi de R\$ 323.996,25. O ano de 2023, acumula resultados negativos de R\$ 534.153,29. Ainda, há um pedido de correção monetária dos reajustes que foram pagos com atraso, no valor aproximado de R\$ 1 milhão, pertinente à AGESUL. Conforme relatado pela Recuperanda, o assunto estaria tramitando no jurídico da AGESUL, pois se posicionaram contra ao pagamento da correção, previsto em contrato. No entanto, diante da falta de solução, a CBG vai cobrar de forma judicial. No mês de dezembro/2022, a CBG apresentou nova cobrança com atualização de valores, esclarecendo o pedido com base no contrato assinado. A cobrança ainda não foi judicializada.

QUADRO DE COLABORADORES



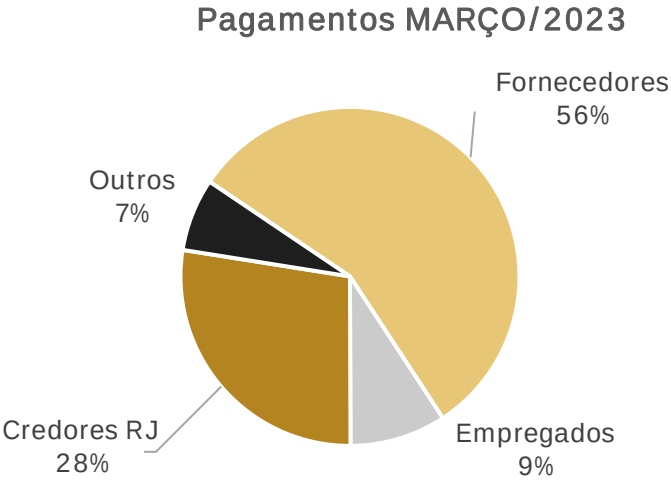
Em março/2023, não houve admissões ou demissões, finalizando o período com 16 colaboradores. Destes, 01 é funcionário está ativo e 15 estão afastados. O funcionário ativo desempenha a função de servente de obras.

Salienta-se que os encargos sociais da folha de pagamento estão inadimplentes. O parcelamento de salários, está sendo pago, conforme negociado.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a Construtora tem se mantido com aportes do sócio e das empresas ligadas, recebimentos de saldo de obras já finalizadas e venda de pedra britada. Os pagamentos são direcionados, majoritariamente, ao pagamento de fornecedores, credores da RJ e empregados.

FLUXO DE CAIXA	VALORES EM R\$
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	-433.072,34
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-183,72
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	432.652,81
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-603,25
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.614,87
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.011,62





ENDIVIDAMENTO CONCURSAL

O endividamento concursal apresentado pela recuperanda é de **R\$ 185.402.673,85**.

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total
ART. 83, VIII	1	0,10%	1.273.874,06	0,69%
Trabalhista	455	46,33%	18.767.983,20	10,12%
Garantia Real	4	0,41%	9.118.235,98	4,92%
Quirografário	381	38,80%	148.716.705,39	80,21%
Microempresa	141	14,36%	7.525.875,22	4,06%
Total	982	100%	185.402.673,85	100%

Principais credores:

CLASSE	CREDOR	VALOR
CLASSE III	BANCO BANRISUL S/A	42.262.034,67
CLASSE III	BANCO DO BRASIL S/A	23.794.225,18
CLASSE III	FUNDO DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA	20.452.074,97

PENDÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS

A Recuperanda explicou que o parcelamento de IPTU permanece ativo. De acordo com a empresa, o estoque não estava sendo ajustado mensalmente na contabilidade devido à baixa movimentação, e que a partir de então, o ajuste passaria a ocorrer. Contudo, até o momento, o inventário não foi enviado para a Administração Judicial.

Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

Conforme determinação judicial, em 17.04.2018, foi estabelecido o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, 06.11.2017.

Classe I – Ainda seguem pendentes de quitação de R\$ 1.807.239,75 relativo aos credores até R\$ 70 mil e o montante de R\$ 7.434.151,26 relativo aos credores acima de R\$ 70 mil.

➤ **Classe II** – Não houve, até o momento de confecção deste relatório, a comprovação da dação das respectivas garantias aos credores com Garantia Real. A CBG está tomando providências no processo para entrega das garantias aos credores.

➤ **Classe III** – 108 credores, com créditos até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado. Destacamos que há em atraso o valor de R\$ 119.602,67 correspondente a 65 parcelas + correção monetária. Em relação aos valores acima de R\$ 10 mil, todos os credores foram notificados sobre as cessões de crédito, com exceção do Banrisul, enquadrado como Credor Financeiro Parceiro, cujo pagamento de 65 parcelas está em atraso.

➤ **Classe IV** – 53 credores, até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado, restando o pagamento da correção monetária, e 15 credores estão com 65 parcelas em atraso, totalizando R\$ 46.148,33. Os valores superiores a R\$ 10 mil foram notificados da cessão de crédito.

Em decisão prolatada no evento 276 dos autos, foi concedido à Recuperanda o prazo de 15 dias para comprovar à Administradora Judicial a quitação da classe preferencial líquida até R\$ 70 mil e das classes quirografária e ME/EPP até R\$ 10 mil. No prazo, também foi determinada a apresentação dos planos de loteamento do imóvel aos credores preferenciais acima de R\$ 70.000,00 e a solução a ser dada ao FGTS. O prazo foi encerrado em 12.02.2021, tendo a empresa apresentado a quitação de parte dos créditos determinados e prestado esclarecimentos sobre os demais tópicos.

- Atualmente, para prosseguimento do cumprimento integral do PRJ aprovado e homologado, aguarda-se a alienação das UPIs nos autos da recuperação judicial. Foram realizadas as três chamadas de leilão, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. Seguindo o posicionamento da Administração Judicial, o Juízo homologou a arrematação da UPI B e deixou de homologar a proposta de compra da UPI D. A UPI C foi alienada em 10.08.2022.
- Em recente manifestação, a empresa informou estar em andamento no Registro de Imóveis de Portão/RS a individualização das matrículas do loteamento do imóvel destinado aos credores trabalhistas de R\$ 70.000,00. Ainda, esclareceu ter aderido ao parcelamento dos débitos de FGTS junto à CEF/PGFN, estando no aguardo dos trâmites internos do órgão.
- Recentemente, no evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias terá início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS.
- Por fim, necessário que seja aguardado também o deslinde dos processos judiciais cujos direitos creditórios foram cedidos em pagamento aos credores quirografários e de ME/EPP.

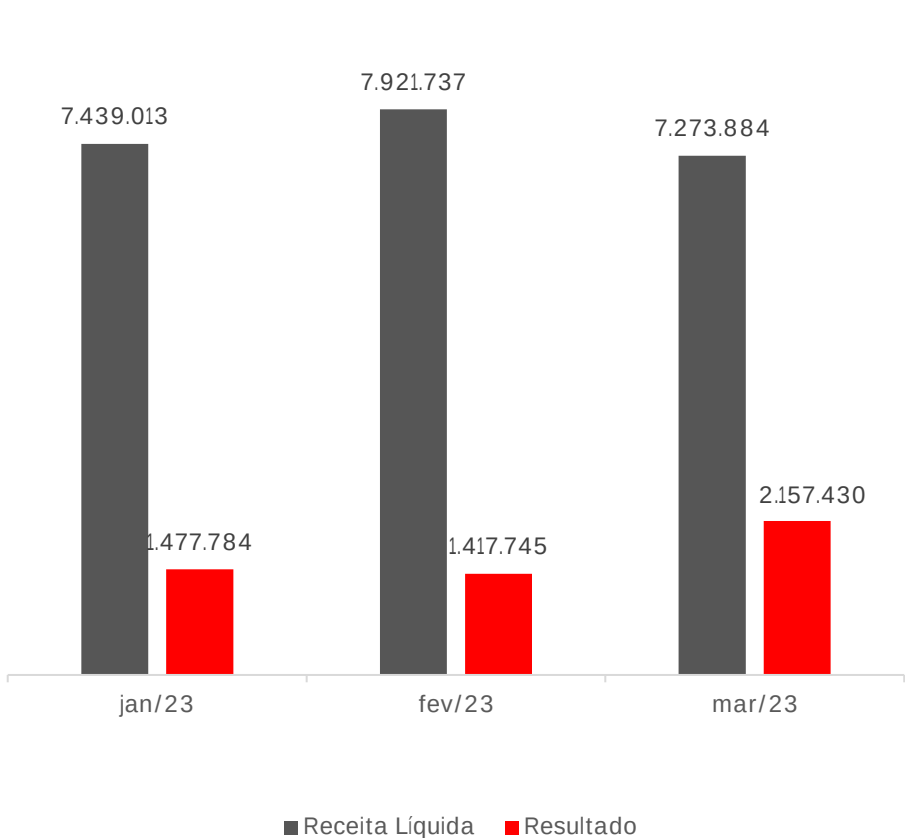
2. RESUMO - BGSE CONSTRUÇÕES LTDA



A BGSE Construções é uma subsidiária da empresa Construtora Brasília Gualba, com CNPJ nº 35.185.193/0001-87, ativo desde 15/10/2019. Conforme informações prestadas pela CBG, o faturamento da Companhia, está sendo direcionado para a BGSE. Além disso, foi noticiado que em janeiro/2022 houve transferência dos funcionários da CBG para a BGSE.

RESULTADOS

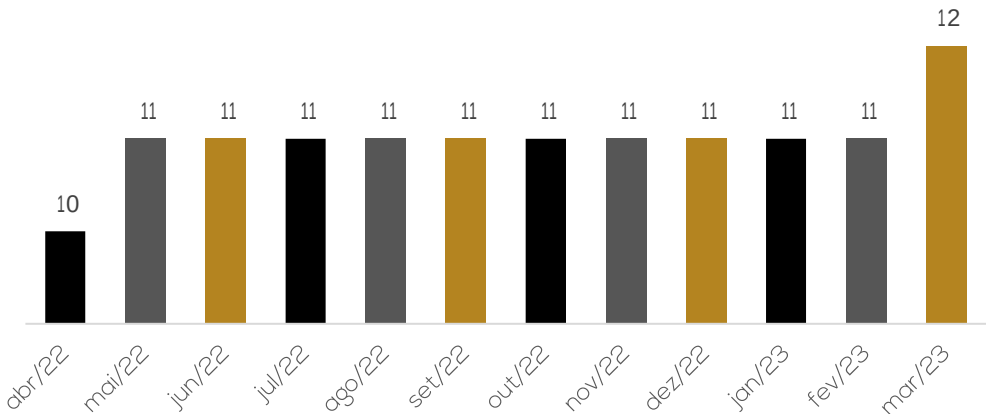
Receita Líquida e Resultado (R\$)



A receita líquida exibiu decréscimo de 8%, motivado pela redução das medições do DAER. Embora tenha apresentado retração no faturamento, o resultado foi 52% maior que o período anterior, principalmente, pelo menor desembolso com custos diretos e indiretos. Em março/2023 o lucro foi de R\$ 2.157.429,81. O ano de 2023 acumula resultados positivos de R\$ 5.052.958,45.

QUADRO DE COLABORADORES

Número de funcionários



Em março/2023, houve admissão de 01 funcionário, finalizando o mês com 12 colaboradores, todos contratados pelo regime CLT. Conforme destacado pela empresa, o quadro de colaboradores está distribuído em 07 funcionários do administrativo, 01 motorista, 01 encarregado de mecânica, 01 encarregado de sala técnica, 01 auxiliar de serviços gerais e 01 auxiliar de limpeza. Ainda, informou que os salários e FGTS estão em dia. Contudo, o INSS está inadimplente.

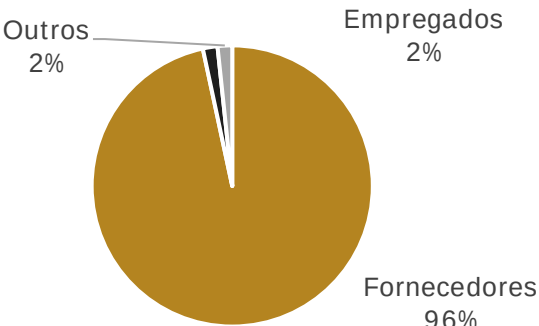
Além disso, a BGSE possui 07 subempreiteiros, sendo eles Avensi, Della Pasqua, Carlos Eduardo, Joaquim Viegas, Ataíde Teixeira, Savio Sanfelice e Tatu Terraplanagem.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a BGSE tem mantido uma linha regular de faturamento, o que tem sustentado a operação da empresa. Além do cumprimento das suas obrigações mensais, especialmente com fornecedores e empregados, a empresa direciona aportes de valores, em sua maior parte, para a CBG.

mar/23	VALORES EM R\$
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	3.982.171,52
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	21.725,29
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-1.007.468,14
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.996.428,67
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	440.354,72
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	3.436.783,39

Pagamentos MARÇO/2023



ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Em 31/03/2023, reuniram-se de forma virtual os representantes da Administração Judicial e da Recuperanda para atualizar as informações operacionais e financeiras da Construtora Brasília Guaíba.

Inicialmente, a Administração Judicial questionou como estariam as atividades e a CBG informou que estão fluindo normalmente, com as obras de Ivorá e Tupanciretã, sendo que não possuem novas obras. As principais dificuldades encontradas são problemas com credores, principalmente, bancos. A empresa está gerando caixa com operação da BGSE, devido a falta de certidões na CBG, para participar de licitações. A Recuperanda informou que estão atentos a todas as obras propostas. Contudo, em licitações, os concorrentes estão entrando com preços abaixo do custo. As perspectivas são de novas obras do DAER.

Referente a inadimplência de clientes, a Recuperanda explicou que R\$ 8 milhões da Prefeitura de Cachoeirinha, está em cobrança com os advogados. Há uma situação política de obras que foram feitas no governo anterior, o qual o prefeito foi afastado. Nessa situação a CBG ganhou um leilão, em troca da dívida e a prefeitura anulou. Estão aguardando recebimento em espécie, sem data prevista. Quanto ao valor do DENIT, o serviço foi realizado e medido, e estão aguardando possível compensação de ação que entraram referente a uma obra na 116 em Camaquã, contra a CBG. Ou seja, de maneira geral, todos estão tramitando pelo jurídico

Atualmente a empresa trabalha com máquinas e caminhões locados. Conforme destacado, não há inadimplência extraconcursal com fornecedores. Estão em tratativa de acordos, porém nada concluído até o momento. Os salários correntes estão sendo pagos e o parcelamento realizado anteriormente estão em andamento.

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Empreendimento destinado para pagamento dos credores trabalhistas:

Conforme prevê o Plano de Recuperação Judicial, os credores trabalhistas, cuja totalidade do crédito seja superior a R\$ 70.000,00, receberão a integralidade e totalidade de seus créditos através da dação em pagamento de tantos lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação, resultado do fracionamento da matrícula 5.862 do Registro de Imóveis de Portão. No dia 18/04/2023 a Administração Judicial realizou visita técnica até o local do empreendimento. De acordo com informações prestadas pelo engenheiro que acompanhou a visita, ainda estão pendentes de finalização (i) a instalação do hidrômetro de água, o qual já foi solicitado junto à Corsan; (ii) posição da Prefeitura quanto à plantação das mudas e árvores; (iii) plantio de grama em algumas áreas; e (iv) conserto do pavimento que foi danificado pela passagem de máquinas e caminhões pesados. Na oportunidade, o engenheiro estimou, aproximadamente, 30 dias para finalizar a parte física da obra.

Seguem imagens capturadas pela Administração Judicial em visita técnica do dia 18/04/2023.:



ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Imagens enviadas pela Recuperanda do estoque de pedra britada:



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 27/02/2023

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Imagens enviadas pela Recuperanda em 27/02/2023, referente às obras em andamento na BGSE. No entanto a empresa não indicou a qual obra cada imagem se refere.





BALANÇO PATRIMONIAL		jan/23	fev/23	mar/23
ATIVO	CIRCULANTE	34.659.841	34.666.650	34.659.487
	Caixas e bancos	1.891	1.615	1.012
	Contas a receber	18.681.422	18.681.422	18.681.422
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.865.891
	Estoques	36.286	36.286	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.129.668	3.136.753	3.125.000
	Demais contas e valores a receber	944.683	944.683	949.867
	NÃO CIRCULANTE	27.268.495	27.319.004	27.446.084
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.557.524	2.608.033	2.735.113
Investimentos	19.142.899	19.142.899	19.142.899	
Imobilizado	3.087.759	3.087.759	3.087.759	
TOTAL DO ATIVO		61.928.337	61.985.654	62.105.571
BALANÇO PATRIMONIAL		jan/23	fev/23	mar/23
PASSIVO	CIRCULANTE	23.539.028	23.535.669	23.671.420
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.157.082	5.113.036	5.151.292
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.228.142	6.278.497	6.294.946
	Provisões trabalhistas	24.212	22.598	21.084
	Obrigações fiscais	2.973.714	2.994.526	3.018.300
	Demais contas a pagar	1.889.044	1.867.066	1.937.720
	Parcelamentos	3.955.943	3.949.055	3.937.188
	NÃO CIRCULANTE	34.425.444	34.590.568	34.898.730
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040	
Obrigações fiscais	3.269.141	3.269.141	3.269.141	
Obrigações sociais e trabalhistas LP	561.367	561.367	561.367	
Parcelamentos impostos	8.584.430	8.584.430	8.584.430	
Partes relacionadas	19.323.466	19.488.590	19.796.751	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.061.524	3.859.417	3.535.421
Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350	
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720	1.852.720	1.852.720	
Prejuízos acumulados	-42.620.546	-42.612.496	-42.612.496	
Resultado do exercício em curso	-	-210.157	-534.153	
TOTAL DO PASSIVO		62.025.997	61.985.654	62.105.571

Disponibilidades: a retração de R\$ 603,25, se deu pela redução do saldo em espécie. Os extratos enviados, atestam os saldos contábeis. Contudo, não foram disponibilizados os extratos com o Banco Sicredi e CCB China. De acordo com a CBG, a conta do Sicredi foi desativada e vão entrar em contato com o banco em Porto Alegre, para ver o que conseguem recuperar do saldo. Conforme relatório razão, as principais movimentações foram com operações de mútuo, recebimentos referente a venda de pedra britada, pagamento à prestadores de serviço, fornecedores e credores da recuperação judicial.

Adiantamentos a Terceiros: compreende saldo de adiantamentos a fornecedores. O decréscimo de R\$ 11,7 mil, se deu pela baixa dos adiantamentos de Caldas Godoy e Slaviero Advogados (R\$ 15,6 mil) e MS Consultoria (R\$ 5 mil). A CBG não possui relatório de controle dos adiantamentos, impossibilitando atestar o saldo nas demonstrações. A respeito da data estimada para a regularizar o saldo de R\$ 3 milhões, bem como o motivo para ainda não ter sido baixado, a Recuperanda afirmou que continua exigindo aos fornecedores a nota fiscal para baixa, inclusive na via judicial, como no caso da empresa Preconcretos. Ainda, destacou que há divergências a serem acertadas, sem data estimada para finalizar.

Demais conta a receber: engloba impostos a recuperar (R\$ 944,8 mil) e devedores diversos (R\$ 5 mil) que motivou o acréscimo de 1% e refere-se ao pagamento de acordo realizado com o anterior advogado trabalhista.

Partes Relacionadas: engloba saldos a receber de BGPARG (R\$ 1,9 milhão) e CBG Ativos (R\$ 790,7 mil). Os valores concedidos para a CBG Ativos, resultou no acréscimo de 5% de março.

Imobilizado: de acordo com a empresa, o inventário do imobilizado não foi concluído e a previsão para finalização era até o final de 2022. No entanto, o mesmo não foi encaminhado até a finalização deste relatório. Adicionou, ainda, que os bens, em sua maioria, estão localizados na Pedreira de Camaquã e na Central de Equipamentos em Portão. O período não exibiu variação.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- BALANÇO PATRIMONIAL CBG



BALANÇO PATRIMONIAL		jan/23	fev/23	mar/23
ATIVO	CIRCULANTE	34.659.841	34.666.650	34.659.487
	Caixas e bancos	1.891	1.615	1.012
	Contas a receber	18.681.422	18.681.422	18.681.422
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.865.891
	Estoques	36.286	36.286	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.129.668	3.136.753	3.125.009
	Demais contas e valores a receber	944.683	944.683	949.867
	NÃO CIRCULANTE	27.268.495	27.319.004	27.446.084
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.557.524	2.608.033	2.735.113
	Investimentos	19.142.899	19.142.899	19.142.899
	Imobilizado	3.087.759	3.087.759	3.087.759
	TOTAL DO ATIVO	61.928.337	61.985.654	62.105.571
BALANÇO PATRIMONIAL		jan/23	fev/23	mar/23
PASSIVO	CIRCULANTE	23.539.028	23.535.669	23.671.420
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.157.082	5.113.036	5.151.292
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.228.142	6.278.497	6.294.946
	Provisões trabalhistas	24.212	22.598	21.084
	Obrigações fiscais	2.973.714	2.994.526	3.018.300
	Demais contas a pagar	1.889.044	1.867.066	1.937.720
	Parcelamentos	3.955.943	3.949.055	3.937.188
	NÃO CIRCULANTE	34.425.444	34.590.568	34.898.730
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.269.141	3.269.141	3.269.141
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	561.367	561.367	561.367
	Parcelamentos impostos	8.584.430	8.584.430	8.584.430
	Partes relacionadas	19.323.466	19.488.590	19.796.751
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.061.524	3.859.417	3.535.421
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720	1.852.720	1.852.720
	Prejuízos acumulados	-42.620.546	-42.612.496	-42.612.496
	Resultado do exercício em curso	-	-210.157	-534.153
	TOTAL DO PASSIVO	62.025.997	61.985.654	62.105.571

Fornecedores: o acréscimo de 1%, foi resultante do maior volume de fornecimentos a prazo. Em meio aos principais fornecedores, destacam-se Jomat Ind (R\$ 34,9 mil), Construsinos Ind (R\$ 25,7 mil) e Plastifibra Ind. (R\$ 19,5 mil).

Obrigações Sociais e Trabalhistas: compreende, em sua maior parte, saldos de INSS (R\$ 4,6 milhões), FGTS (R\$ 982,8 mil) e salários (R\$ 250,5 mil). O principal fator responsável pelo acréscimo de R\$ 16,4 mil da rubrica, foi a apropriação de multas e juros do INSS em atraso (R\$ 29,5 mil). Destaca-se que houve pagamento de FGTS, especialmente, s/ acordos de credores trabalhistas (R\$ 19 mil). Quando questionada sobre a que se refere os saldos em balancete de salários e rescisões, a empresa esclareceu que são pendências de funcionários que entraram com ações trabalhistas e seus processos ainda não foram concluídos.

Obrigações Fiscais: a empresa não está pagando os impostos mensais, o que gera o aumento do saldo em aberto. Os principais saldos são de COFINS (R\$ 1 milhão), retenção de impostos (R\$ 688 mil) e obrigações fiscais s/ faturamento diferido (R\$ 402,4 mil). Os pagamentos do mês foram de ICMS (R\$ 5,9 mil) e retenção de impostos (R\$ 1,7 mil).

Demais contas a pagar: exibiu acréscimo de 4%, em sua maior parte, pela apropriação dos acordos trabalhistas de Sergio Luis Nunes Silveira (R\$ 45 mil) e Solismar da Silva Ribeiro (R\$ 45 mil) que foram negociados em 12 parcelas. Salienta-se que o pagamento das primeiras parcelas de cada acordo, foram amortizadas no período. Ainda, verificou-se liquidações significativas em nome RGE (R\$ 14,8 mil), CEEE (R\$ 9,6 mil) e Autônomos (R\$ 7,6 mil). O pagamento identificado na rubrica de CEEE, trata-se da amortização de parcelamento. Destaca-se que a Planaterra assumiu a responsabilidade do parcelamento da dívida de energia de Camaquã.

Parcelamentos: contemplam os parcelamentos simplificados, PERT e IPTU do município de Portão/RS, que foi negociado em agosto/2020 e refere-se aos lotes que serão disponibilizados para pagamento da Classe Trabalhista acima de R\$ 70 mil, conforme plano de recuperação judicial. Apesar das ressalvas dessa Administração Judicial, a Recuperanda manteve a contabilização do saldo de R\$ 8,5 milhões (rubrica **Parcelamento de Impostos**) no longo prazo, pois, segundo a empresa, será efetuado novos parcelamentos junto a Receita Federal e PGFN, e o saldo será ajustado para a nova composição dos valores. O decréscimo de R\$ 11,8 mil, foi decorrente da amortização dos parcelamentos de impostos da PGFN (R\$ 5,6 mil), IPTU (R\$ 3,9 mil) e da Fazenda Estadual (R\$ 2,2 mil).

Partes Relacionadas: compreende saldos de BGSE Construções (R\$ 12,9 milhões), Brasília Guaíba Investimentos (R\$ 4,9 milhões), André Loiferman (R\$ 1,2 milhões) e ALOI Participações (R\$ 617,3 mil). O acréscimo de 2% foi decorrente, em sua maior parte, dos aportes recebidos da BGSE (R\$ 2,3 milhões) e BGII (R\$ 96 mil). Além disso, houve pagamentos respectivos de R\$ 1,3 milhão e R\$ 795,3 mil.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DRE CBG



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	jan/23	fev/23	mar/23	2023
Faturamento	166.757	155.514	164.031	486.302
Deduções sobre vendas	-10.384	-9.336	-9.619	-29.339
RECEITA LÍQUIDA	156.373	146.178	154.412	456.962
CUSTOS	-76.903	-35.260	-271.753	-383.916
CUSTOS DIRETOS	-37.240	-7.859	-180.696	-225.795
Materiais diretos	-192	-199	-72.952	-73.343
Mão de obra direta	-9.467	-1.661	-53.918	-65.047
Serviços empreitados	-10.635	-5.020	-35.240	-50.896
Equipamentos de produção	-16.945	-979	-18.586	-36.510
CUSTOS INDIRETOS	-39.664	-27.400	-91.057	-158.121
Material indireto	-2.552	-2.721	-48.215	-53.487
Outros custos indiretos	-37.112	-24.680	-42.842	-104.633
LUCRO BRUTO	79.469	110.918	-117.341	73.047
DESPESAS	-177.129	-223.415	-206.655	-607.200
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-107.308	-162.834	-126.943	-397.085
Despesas com pessoal	-5.605	-9.154	-6.270	-21.029
Ocupação, comunicação e energia	-3.921	-2.508	-2.186	-8.615
Serviços de terceiros	-67.700	-69.654	-87.237	-224.592
Despesas c/ veículos adm.	-2.333	-2.757	-5.037	-10.128
Viagens e representações	-	-3.651	-	-3.651
Outras despesas	-26.281	-72.888	-23.221	-122.390
Despesas não dedutíveis	-1.468	-2.222	-2.992	-6.682
EVENTOS FINANCEIROS	-68.985	-57.261	-82.681,27	-208.927
Despesas financeiras	-68.985	-57.261	-82.688	-208.934
Receitas financeiras	-	-	7	7
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-2.557	-3.320	-9.152	-15.029
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	1.721	-	12.121	13.842
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.721	-	12.121	13.842
RESULTADO	-97.660	-112.497,01	-323.996,25	-534.153

Faturamento: compreende aluguel de máquinas a Planaterra (R\$ 130 mil) e venda de pedra britada (R\$ 34 mil) que motivou o acréscimo de 5%.

Deduções sobre vendas: engloba, unicamente, impostos sobre vendas (R\$ 9,6 mil).

Custos: conforme relatado pela empresa, os custos seguem de acordo com o cronograma de execução das obras. Engloba, em sua maior parte, materiais diretos (R\$ 72,9 mil), mão de obra direta (R\$ 53,9 mil) e material indireto (R\$ 48,2 mil). O acréscimo expressivo de 671%, foi resultante de gastos da CBG no Loteamento Rincão, devido a necessidade de rebaixo em taludes, refazer meio fios e calçamento, instalação de mais um tanque de água para o abastecimento e pagamentos de acordos trabalhistas.

Despesas Gerais Administrativas: a rubrica expôs retração de 22%, principalmente, pela redução de gastos com despesas legais e judiciais, que eram de R\$ 44,7 mil em fevereiro e passaram para R\$ 4,9 mil em março, e se referem a guias de custas de processos judiciais. Além disso, houve redução de gastos com pessoal. Conforme destacado pela empresa, o decréscimo se deu pelo menor desembolso com pagamento de INSS de autônomos e variações referente a horas extras e férias. As principais despesas do mês foram com honorários de advogados (R\$ 65 mil), serviços autônomos (R\$ 15,5 mil) e Administração Judicial Medeiros & Medeiros (R\$ 15 mil). Dentre os principais serviços advocatícios, destacam-se Cachapuz Sociedade (R\$ 12,7 mil) que se trata da recuperação de ISSQN em processo contra o DAER; Alves, Prisco & Advogados (R\$ 10 mil); e Rosangela Benetti (R\$ 10 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 82.681,27, especialmente, pelos juros s/ tributos (R\$ 43,4 mil), multas (R\$ 28 mil) e variações passivas (R\$ 10,8 mil) referente a atualização por atraso do FGTS.

Despesas tributárias: contempla taxas, especialmente, com o Ministério Público (R\$ 2 mil) e Registro de Imóveis (R\$ 5,9 mil).

Resultado: o período exibiu prejuízo de R\$ 323.996,25, motivado pelo desembolsos expressivos com custo da operação e despesas. O ano de 2023 acumula resultados negativos de R\$ 534.153,29.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

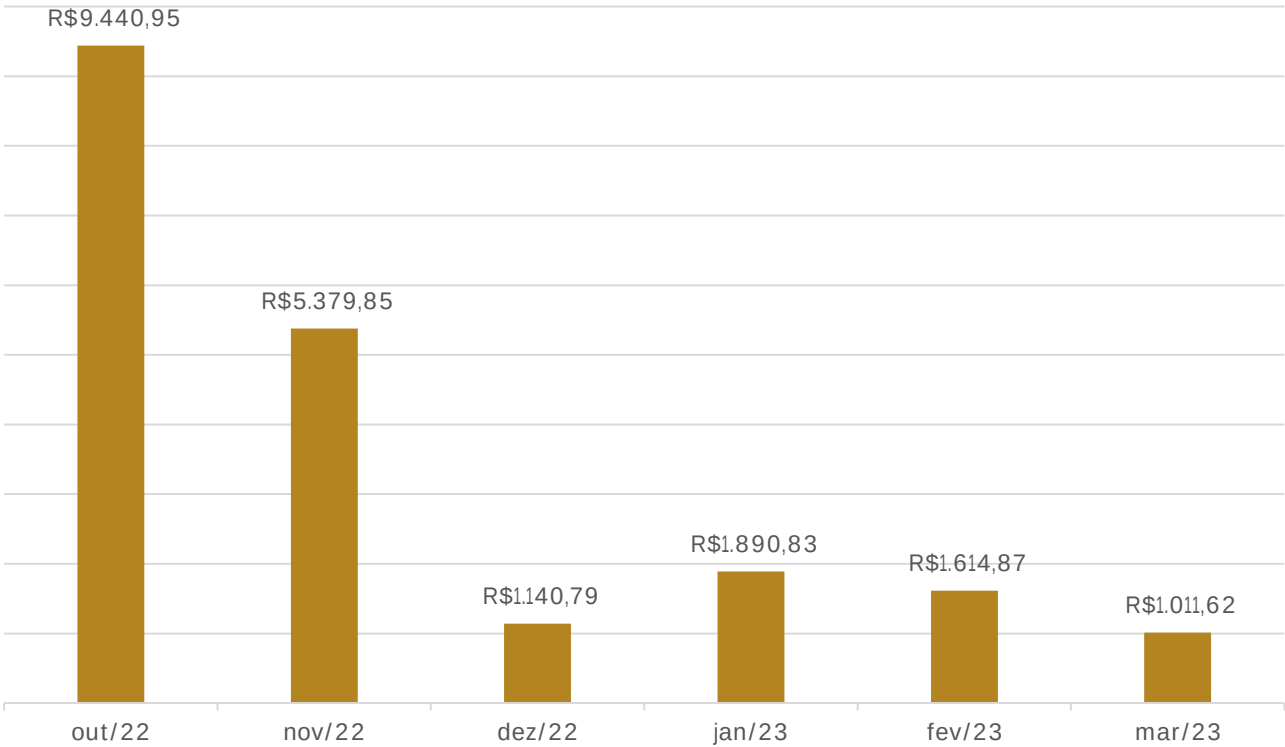
FLUXO DE CAIXA GERENCIAL (R\$)	jan/23	fev/23	mar/23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes	166.757	155.514	34.031
(+) Recebimento por ressarcimento de despesas	-	-	12.120
(+/-) Adiantamentos a Fornecedores	-575	-9.500	-13.924
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-151.189	-117.958	-182.482
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-24.909	-15.863	-25.120
(-) Pagamento a Credores	-14.382	-29.055	-22.497
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-14.282	-44.798	-4.980
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-3.766	-3.306	-25.868
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-2.050	-3.733	-1.404
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-140	-	-3.076
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-391	-391	-395
(-)Pagamento de Fundo de Garantia	-4.239	-325	-8.055
(-)Pagamento de Previdência Social	-922	-	-1.302
(-) Pagamento Locações e Aluguéis	-1.212	-1.602	-
(-) Pagamento Contribuições a Entidades de Classe	-598	-	-
(-) Pagamento de Tributos Estaduais Empresa	-6.408	-3.756	-7.790
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa	-1.321	-12	-77
(-) Pagamento Tributos federais retidos na fonte	-	-2.918	-1.321
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-1.527	-3.950	-11.661
(-) Pagamento Homologação Trabalhista	-25.488	-25.488	-29.788
(-) Pagamento de Parcelamento simplificado	-3.539	-3.575	-5.697
(-) Pagamento de Parcelamento Estadual	-	-	-2.210
(-) Pagamento de Parcelamento Municipal	-3.313	-3.313	-3.960
(-) Pagamento Funcionários Credores da Recup. Judicial	-40.429	-50.509	-127.080
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	-133.922	-164.540	-432.535
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-506	-368	-431
(-) Pagamento Juros e Multas	-10	-493	-107
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	-134.438	-165.400	-433.072
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Recebimento Líquidos Aplicações Financeiras	-	-	-184
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	-	-	-184
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	135.188	165.124	432.653
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	135.188	165.124	432.653
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	750	-276	-603
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.141	1.891	1.615
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.891	1.615	1.012

Atividades operacionais: em março, o caixa operacional foi negativo de R\$ 433 mil, principalmente, pelos pagamentos a fornecedores (R\$ 207,6 mil), créditos trabalhistas da RJ (R\$ 127 mil) e homologações trabalhistas (R\$ 29,7 mil). As entradas foram, com recebimento de clientes (R\$ 34 mil) e ressarcimento de despesa R\$ (12,1 mil), pertinente da recuperação de ISSQN em processo contra o DAER.

Atividades de financiamento: o caixa do mês foi financiado, principalmente, dos aportes cedidos pela BGSE Construções, no valor líquido de R\$ 432,6 mil.

O saldo disponível ao final do período, conforme demonstrações apresentadas, é de R\$ 1 mil, que confere com as disponibilidades no balanço patrimonial.

Evolução dos valores em caixa R\$



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL BGSE



BALANÇO PATRIMONIAL Analítico		jan/23	fev/23	mar/23
ATIVO	CIRCULANTE	10.228.681	16.442.038	12.841.631
	Disponível	11.597	286.451	214.006
	Aplicação Financeira	704.947	153.904	3.222.777
	Serviços a faturar	7.941.748	14.448.781	7.793.593
	Adiantamentos a terceiros	1.080.545	1.016.967	1.022.856
	Demais contas e valores a receber	489.844	535.936	588.399
	NÃO CIRCULANTE	20.717.031	20.856.972	21.603.758
	Partes relacionadas	11.488.151	11.893.436	12.900.904
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
	Imobilizado	8.928.879	8.663.536	8.402.853
TOTAL DO ATIVO		30.945.712	37.299.010	34.445.389

BALANÇO PATRIMONIAL		jan/23	fev/23	mar/23
PASSIVO	CIRCULANTE	10.325.028	15.260.582	10.249.531
	Fornecedores	5.401.464	9.767.765	4.121.906
	Obrigações sociais e trabalhistas	141.455	215.387	185.917
	Obrigações fiscais	1.281.998	1.782.604	1.927.914
	Provisões	487.764	487.764	1.057.676
	Demais contas a pagar	607.963	607.963	614.837
	Parcelamentos	2.404.385	2.399.101	2.341.279
	NÃO CIRCULANTE	-	-	-
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.142.899	22.038.428	24.195.858
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000
	Lucros ou Prejuízos acumulados	4.132.899	4.132.899	4.132.899
	Resultado do exercício em curso	1.477.784	2.895.529	5.052.958
	TOTAL DO PASSIVO	29.467.928	37.299.010	34.445.389

Disponível: contempla valores em espécie (R\$ 314,38) e bancos conta movimento (R\$ 213,6 mil), os quais os extratos atestam os saldos contabilizados. O decréscimo de 25%, foi motivado pela redução de saldo no banco Copesa. O relatório razão, aponta como principais movimentações, recebimentos de clientes, pagamento a fornecedores, prestadores de serviço e operações de mútuo.

Aplicação financeira: o acréscimo expressivo de R\$ 3 milhões, se deu pelos recebimentos de medições no período e menor desembolso com custo da operação.

Serviços a faturar: o decréscimo de 46%, foi resultante do faturamento de parte das medições de serviços prestados, para o DAER. Engloba, unicamente, serviços faturar para o DAER.

Adiantamento a Terceiros: compreende saldo de adiantamentos a fornecedores. Os novos adiantamentos do mês somaram R\$ 70,1 mil, enquanto as baixas foram de R\$ 64,2 mil, justificando o acréscimo de 1%. Os principais adiantamentos foram realizados para John Lenon (R\$ 21,9 mil), Trevisan Engenharia (R\$ 12,7 mil) e Com-sult Contabilidade (R\$ 16,5 mil). A empresa explicou que a Com-Sult estava com problema na emissão de nota fiscal, junto a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e no mês de maio já emitiu notas no valor de R\$ 41.277,46, quase a totalidade do valor dos adiantamentos. Ainda, não foi disponibilizado o relatório de adiantamentos. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado.

Demais contas e valores a receber: englobam impostos a recuperar (R\$ 583,4 mil), que foi o principal responsável pelo acréscimo de 10%; e serviços de autônomos (R\$ 4,9 mil). De acordo com a BGSE houve pagamentos por prestação de serviço em março para Oniro Soares de Almeida no valor de R\$ 1.874,59, José Carlos Anderson R\$ 2.900,00 e Geferson Vieira Pereira R\$ 200,00, e seus recibos de pagamento autônomo serão emitidos em maio.

Partes Relacionadas: compreende aportes concedidos para a CBG e apresentou acréscimo de 8%. O total do montante direcionado para a CBG no período analisado foi de R\$ 2,3 milhões, enquanto os recebimentos de mútuos foram de R\$ 1,3 milhão.

Investimentos: contempla contratos de empreitadas (R\$ 300 mil) referente a capitalização realizada na constituição da BGSE, dos contratos do DAER que estão em atividade.

Imobilizado: o decréscimo de 3%, se deu pela depreciação mensal de R\$ 265,3 mil. Além disso, houve aquisição de equipamento de precisão, no valor de R\$ 4,7 mil.



BALANÇO PATRIMONIAL Analítico		jan/23	fev/23	mar/23
ATIVO	CIRCULANTE	10.228.681	16.442.038	12.841.631
	Disponível	11.597	286.451	214.006
	Aplicação Financeira	704.947	153.904	3.222.777
	Serviços a faturar	7.941.748	14.448.781	7.793.593
	Adiantamentos a terceiros	1.080.545	1.016.967	1.022.856
	Demais contas e valores a receber	489.844	535.936	588.399
	NÃO CIRCULANTE	20.717.031	20.856.972	21.603.758
	Partes relacionadas	11.488.151	11.893.436	12.900.904
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
	Imobilizado	8.928.879	8.663.536	8.402.853
TOTAL DO ATIVO		30.945.712	37.299.010	34.445.389
BALANÇO PATRIMONIAL		jan/23	fev/23	mar/23
PASSIVO	CIRCULANTE	10.325.028	15.260.582	10.249.531
	Fornecedores	5.401.464	9.767.765	4.121.906
	Obrigações sociais e trabalhistas	141.455	215.387	185.917
	Obrigações fiscais	1.281.998	1.782.604	1.927.914
	Provisões	487.764	487.764	1.057.676
	Demais contas a pagar	607.963	607.963	614.837
	Parcelamentos	2.404.385	2.399.101	2.341.279
	NÃO CIRCULANTE	-	-	-
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.142.899	22.038.428	24.195.858
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000
	Lucros ou Prejuízos acumulados	4.132.899	4.132.899	4.132.899
	Resultado do exercício em curso	1.477.784	2.895.529	5.052.958
TOTAL DO PASSIVO		29.467.928	37.299.010	34.445.389

Fornecedores: compreende fornecedores (R\$ 894,3 mil), sub empreiteiros (R\$ 2,9 milhões) e retenções contratuais (R\$ 254,8 mil). A redução das compras a prazo e serviços prestados por empreiteiros, geraram um decréscimo da rubrica de 58%. Em meio aos principais pagamentos do mês, que motivaram a retração, estão Della Pasqua Engenharia (R\$ 8,7 milhões), Avensi Engenharia (R\$ 5,5 milhões) e Coqueiro Comercio (R\$ 1,1 milhão), Os contratos da Della Pasqua relatam que os serviços contratados são de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos para serviços a serem realizados em Tupanciretã e Ivorá, a um valor total estimado de R\$ 41,4 milhões. O contrato de Avensi Construtora, traz como objeto os mesmos serviços e materiais, contudo, parcial, do trecho de Ivorá que totaliza o valor estimado de R\$ 15,8 milhões. O relatório financeiro, de controle interno da empresa, não foi encaminhado. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado

Obrigações Sociais e Trabalhistas: o decréscimo de 14% da rubrica, se deu por baixas identificadas como “complemento de provisões” de férias e encargos incidentes. De acordo com a BGSE houve erro de histórico nos lançamentos, pois a origem é estorno de valores referente a meses anteriores, para equiparar os saldos das contas com a previsão emitida pela folha de pagamento de março/2023. No período ocorreu parcelamento do INSS de competência janeiro/2023. Conforme requerimento encaminhado, o valor de R\$ 27.300,99, foi parcelado em 54 vezes. Os principais saldos são de provisões (R\$ 124,5 mil), INSS (R\$ 43 mil) e salários (R\$ 15,2 mil). Os salários e FGTS foram pagos.

Obrigações fiscais: compreende, principalmente, COFINS (R\$ 965,9 mil), impostos s/ serviços (R\$ 416,8 mil) e obrigações fiscais s/ faturamento diferido (R\$ 284,4 mil) A inadimplência dos tributos, faz com que a rubrica cresça mensalmente, apresentando um aumento de 8% em março.

Provisões: expôs acréscimo expressivo de R\$ 117%, em sua maioria, pelas provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Parcelamentos: a amortização mensal do parcelamento simplificado (R\$ 85,1 mil), motivou o decréscimo de 2%. Além disso, houve inclusão de saldo de INSS parcelado (R\$ 27,3 mil). Contempla parcelamento simplificado (R\$ 2 milhões) e parcelamento na PGFN (R\$ 263,9 mil).

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- DRE BGSE



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	jan/23	fev/23	mar/23	2023
Receita Bruta	7.941.748	8.466.445	7.793.593	24.201.786
Deduções sobre vendas	-502.735	-544.709	-519.709	-1.567.153
RECEITA LÍQUIDA	7.439.013	7.921.737	7.273.884	22.634.634
CUSTOS	-5.398.278	-6.256.617	-4.083.984	-15.738.879
CUSTOS DIRETOS	-5.372.179	-6.117.606	-4.036.035	-15.525.819
Materiais diretos	-685.577	-448.524	-556.912	-1.691.013
Mão de obra direta	-14.902	-17.377	-21.349	-53.628
Serviços empreitados	-3.638.217	-4.645.328	-2.643.920	-10.927.465
Equipamentos de produção	-1.033.482	-1.006.377	-813.854	-2.853.713
CUSTOS INDIRETOS	-26.099	-139.011	-47.950	-213.060
Material indireto	-5.324	-102.168	-2.181	-109.674
Outros custos indiretos	-20.775	-36.843	-45.768	-103.387
LUCRO BRUTO	2.040.735	1.665.120	3.189.899	6.895.754
DESPESAS	-562.952	-247.375	-1.032.470	-1.842.796
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-171.923	-238.025	-216.552	-626.500
Despesas com pessoal	-65.451	-129.338	-46.630	-241.419
Ocupação, comunicação e energia	-8.500	-8.465	-11.820	-28.785
Serviços de terceiros	-61.748	-67.527	-111.563	-240.838
Despesas c/ veículos adm.	-9.073	-13.447	-17.468	-39.988
Viagens e representações	-578	-	-303	-880
Outras despesas	-16.383	-11.888	-16.378	-44.649
Despesas não dedutíveis	-10.190	-7.361	-12.391	-29.942
EVENTOS FINANCEIROS	-4.526	-8.006	-64.712	-77.244
Despesas financeiras	-5.579	-8.677	-94.873	-109.129
Receitas financeiras	1.053	670	30.161	31.885
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-2.141	-1.348	-1.598	-5.086
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	-384.363	4	-2	-384.361
Imposto de Renda e Contribu. Social S/L	-	-	-749.605	-749.605
RESULTADO	1.477.784	1.417.745	2.157.430	5.052.958

Receita Bruta: a receita líquida exibiu decréscimo de 8%, motivado pela redução das medições do DAER. As variações da receita em obras de construção civil verificados, não implicam em novos contratos e sim em medições de trabalho executados, que é a base do faturamento. As obras em andamento são de Ivorá e Tupanciretã.

Deduções sobre vendas: compreende unicamente, impostos sobre faturamento (R\$ 519,7 mil), que foi proporcional a variação da receita.

Custos: os custos exibiram decréscimo de 35%, em sua maior parte, pelos serviços empreitados, equipamentos de produção e material indireto. Contempla, principalmente, Sub- Empreiteiros (R\$ 2,6 milhões), custos com os equipamentos de produção (R\$ 813,8 mil) e materiais diretos (R\$ 556,9 mil).

Despesas Gerais Administrativas: compreende, em sua maioria, prestação de serviço (R\$ 111,5 mil), despesa com pessoal (R\$ 46,6 mil) e despesas com veículos (R\$ 17,4 mil), sendo eles combustíveis e manutenção. O mês apresentou decréscimo de 9%, especialmente, pelos desembolsos com pessoal, decorrente dos estornos de provisões. Dentre os principais serviços prestados estão Softcont Serviços (R\$ 46,9 mil), referente a 03 competências devido a problemas para emissão de notas no site da Prefeitura; Glh Controle, Planejamento E Estratégia (R\$ 13,4 mil); e Schwambach Consultoria (R\$ 12,7 mil).

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 64.712,07, resultante dos juros de mora (R\$ 85,8 mil), que foram valores pagos de juros por atraso com fornecedores e impostos. Destaca-se que o montante de R\$ 34,1 mil, foi pago por atraso ao fornecedor Coqueiro Comercio de Diesel, que não foi esclarecido pela empresa. Além disso, houve desembolsos com despesas bancárias (R\$ 1,8 mil) e multas (R\$ 7 mil). As receitas do período, foram com rendimento de aplicação (R\$ 28 mil) e descontos obtidos (R\$ 2,1 mil).

Despesa tributária: compreende taxas de R\$ 1,5 mil, com o tabelionato de notas, CREA e CRCRS.

Resultado: o período expôs lucro de R\$ 2.157.429,81. O ano de 2023 acumula resultados positivos de R\$ 5.052.958,45.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DFC BGSE



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

	jan/23	fev/23	mar/23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes	5.530.730	1.855.564	13.843.119
(+) Recebimento por Ressarcimento de Despesas	-	5	1
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores	-109.849	-69.763	-67.860
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-4.784.970	-1.524.084	-9.425.383
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-31.305	-16.864	-27.571
(-) Pagamento a Credores	-1.800	-14.905	-
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-4.919	-1.208	-199
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-	-2.037	-8.705
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-53.280	-46.472	-56.584
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-11.928	-13.446	-20.919
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-5.218	-7.954	-
(-) Pagamento Fundo de Garantia	-	-3.649	-3.567
(-) Pagamentos Locações e Aluguéis	-7.196	-8.623	-27.759
(-) Pagamento tributos Municipais	-22.504	-980	-38.164
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa	-	-	-6.443
(-) Pagamento Tributos Federais Retidos na Fonte	-1.189	-890	-675
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-2.524	-1.635	-1.946
(-) Pagamento Parcelamento Simplificado (Impostos e Previdência e FGTS)	-44.617	-5.285	-85.122
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	449.429	137.773	4.072.223
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-1.239	-1.277	-1.809
(-) Pagamento Juros e Multas	-4.310	-7.399	-88.242
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operac. após os Enc. Financeiros	443.880	129.096	3.982.172
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Recebimento Líquidos Aplicações Financeiras	-	-	21.725
(=) Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	-	-	21.725
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	-437.953	-405.285	-1.007.468
(=) Caixa Líquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-437.953	-405.285	-1.007.468
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	5.928	-276.189	2.996.429
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	710.616	716.544	440.355
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	716.544	440.355	3.436.783

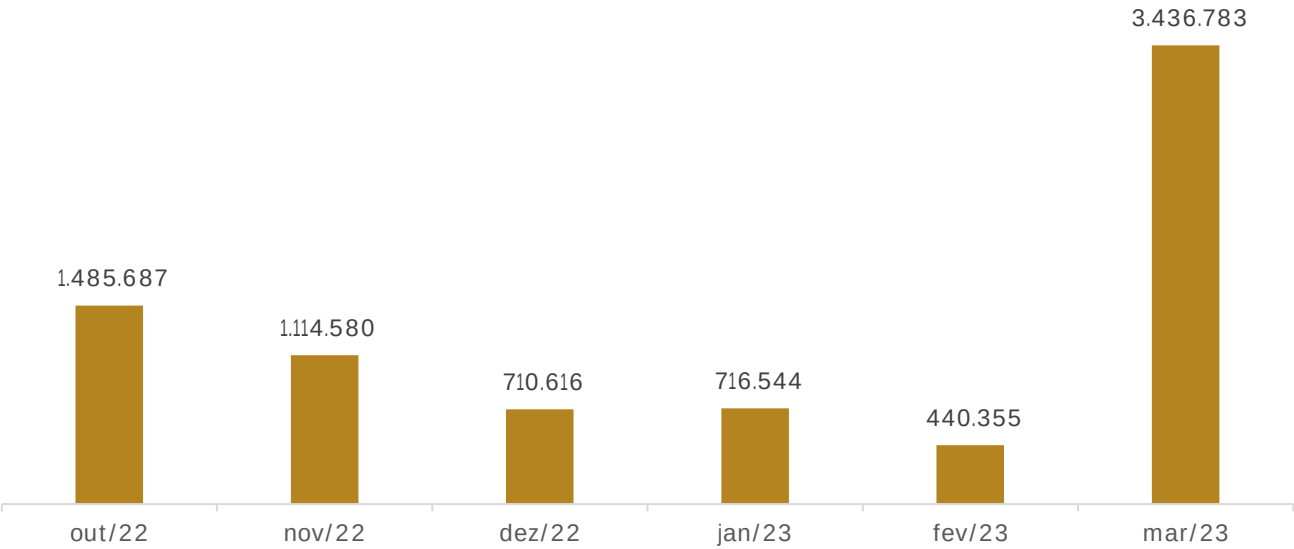
Atividade Operacional: o caixa operacional de março foi positivo de R\$ 3,9 milhões, motivado pelos recebimentos de clientes (R\$ 13,8 milhões). As principais saídas foram com pagamentos a fornecedores (R\$ 9,4 milhões), pagamento de juros e multas por atraso de fornecedores e impostos (R\$ 88,2 mil) e amortização de parcelamentos de tributos (R\$ 85,1 mil).

Atividade de investimento: refere-se, em março, a ganho de rendimentos com aplicações financeiras (R\$ 21,7 mil).

Atividade de financiamento: compreende as transações de mútuo entre as partes relacionadas, de valores concedidos para a CBG de R\$ 1 milhão.

O caixa líquido no final de março, foi de R\$ 3.436.783,39, que confere com o saldo das disponibilidades no ativo.

Evolução dos valores em caixa R\$

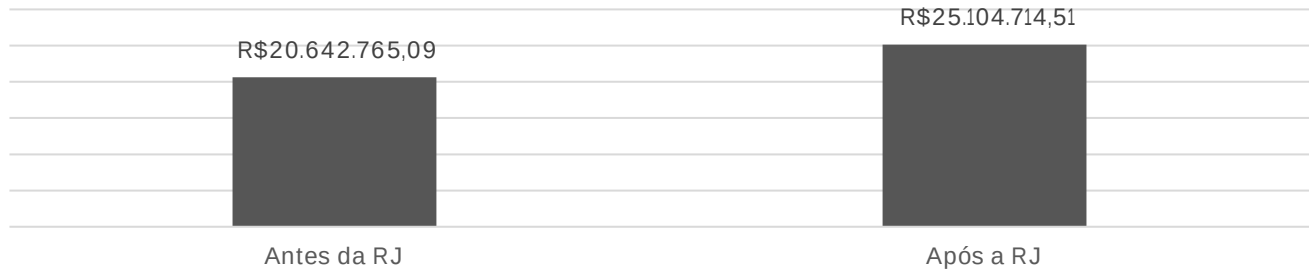


4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL – DÍVIDA TRIBUTÁRIA

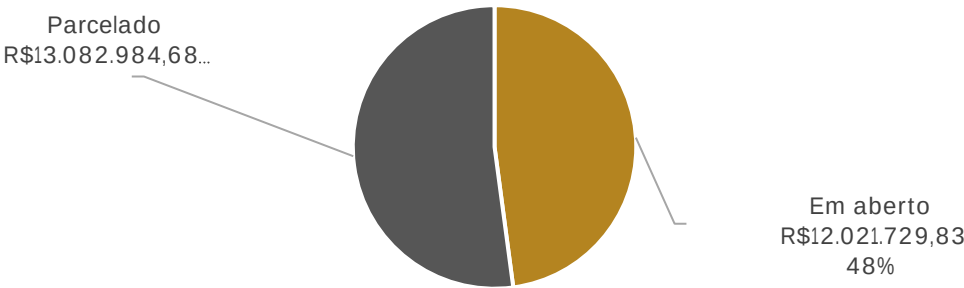


A Companhia não apresenta regularidade fiscal, visto que não realiza o pagamento integral dos tributos. A dívida tributária da Construtora Brasília Guaíba, atualizada até março de 2023, é de **R\$ 25.104.714,51**. De acordo com a empresa, no dia 30/04/2022, solicitaram na PGFN a transação individual para o parcelamento dos débitos tributários, previdenciários e FGTS, apresentaram as garantias necessárias e estão aguardando a análise final para contratação do parcelamento. A recuperanda informou que o assunto está parado com a Caixa Econômica Federal. Sendo assim a PGFN não concluiu o laudo. Em dezembro/2022, houve novos parcelamentos junto a Fazenda Estadual, de débitos de IPVA, multas e ICMS em até 180 parcelas.

Posição do Passivo Fiscal



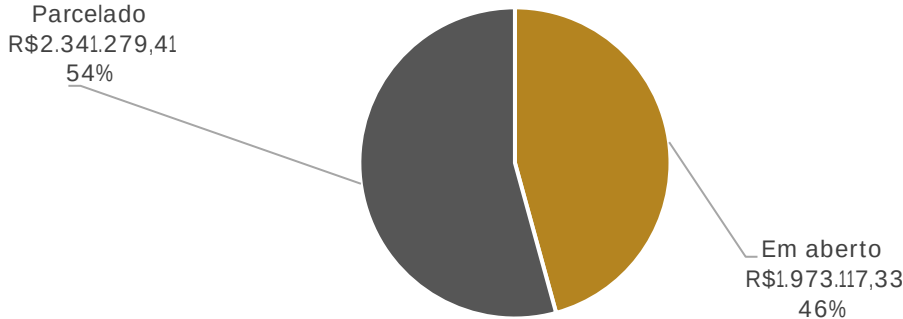
Posição do passivo tributário CBG



O passivo tributário da BGSE, ao final de março/2023, era de **R\$ 4.314.396,74**. Em março/2022, ocorreu parcelamento de tributos. Os débitos negociados foram de PIS, COFINS, CSSL, IRPJ, IRPF e IOF. O valor devido era de R\$ 384,4 mil, que com a incidência de multas e juros, totalizou R\$ 470,9 mil. O montante foi parcelado em 60 vezes, com o primeiro pagamento para 31/03/2022. Houve a adesão de parcelamentos da Receita Federal, em 05/09/2022 referente a dívida consolidada de R\$ 17.009,75 em 34 parcelas; em 26/09/2022 no valor total de R\$ 25.832,62 negociados em 51 parcelas; e em 27/09/2022 pertinente a dívida de R\$ 1.763.541,87 parcelado em 60 vezes. Os tributos negociados foram INSS, IR na fonte, IR s/ 1º e 2º trimestre de 2022, PIS e COFINS. Em março/2023, houve parcelamento do INSS correspondente a janeiro/2023. O valor de R\$ 27.300,99, foi parcelado em 54 vezes.

PASSIVO TRIBUTÁRIO	
IMPOSTO	VALOR EM ABERTO
INSS a recolher	43.007,32
FGTS a recolher	2.632,01
ISSQN a recolher	416.865,27
PIS a recolher	212.725,28
COFINS a recolher	965.979,74
IRRF S/ trab. Assalariado a recolher	37.622,24
IRRF (demais IRRF) a recolher	9.819,35
COFINS s/ faturamento diferido	233.807,78
PIS s/ faturamento diferido	50.658,34
Parcelamento Simplificado Impostos	2.077.374,23
Parcelamento PGFN	263.905,18
TOTAL	4.314.396,74

Posição do passivo tributário BGSE





Segue abaixo última posição repassada pela empresa:

Banco Bradesco: a CBG informou que está negociando 6 lotes da matrícula 2216 em Portão, e depende da individualização para fechamento da operação (aguardando a dispensa da certidão de tributos por parte do juiz para o RI de Portão emitir as novas matrículas).

Banco Fibra: a empresa informou em seus esclarecimentos que, receberam as matrículas 17.779 e 17.784 da individualização, e encaminharam ao banco para avaliação e seguimento na negociação da liquidação do saldo da garantia real.

Banco do Brasil: de acordo com a Recuperanda, os contratos de Finame com garantia de equipamentos foram executados por penhora em contas bancárias, desprezando a alienação dos bens. A empresa ingressou com ação judicial contra a extrajudicialidade dos contratos de Finame, pois o banco dispensou a garantia na ação de cobrança, e aguarda sentença do juiz.

Banco BIC: segundo a Recuperanda, com a rescisão unilateral do contrato do DNIT, que era a garantia do contrato firmado com Banco BIC, os valores deverão ser classificados como quirografários, devendo ser liquidados com a cessão de recebíveis, conforme prevê o Plano da RJ. A empresa apresentou manifestação nesse sentido diretamente à Administração Judicial, ao Banco BIC e também nos autos da recuperação judicial. No entanto, por se tratar de crédito bancário cuja sujeição ao PRJ depende de análise mais aprofundada, esta Administração orientou a Recuperanda a promover o competente pedido de retificação do quadro geral de credores, a fim de viabilizar a correta verificação do caso e possibilitar o contraditório pela instituição bancária. Ainda, nos próprios autos do processo, entendeu ser inviável o atendimento da pretensão da empresa sem eventual desconstituição dos termos do acordo, o que deveria ser discutido por ação própria. O Juízo determinou a intimação da Recuperanda para ciência e providências, não tendo deliberado sobre o mérito do pedido.

Banco Átria: o banco já adjudicou o terreno que estava alienado na confissão de dívida, portanto, está quitado.

CREDOR	CNPJ / CPF	VALOR R\$
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948/0001-12	1.574.004,17
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/0001-91	3.340.902,23
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - BICBANCO S/A	07.450.604/0001-89	8.124.741,32
BANCO ATRIA S/A	05.956.581/0001-53	950.000,00
VALOR TOTAL		13.989.647,72

CONDIÇÕES DO PLANO									
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	Nº PARCELAS	PERIODICIDADE	JUROS	CORREÇÃO	RECURSOS UTILIZADOS	FORMA DE RECEBIMENTO
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) mediante compensação de eventuais créditos; ii) recursos de caixa; iii) alienação de UPI.	Integralmente, até nov/18.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) dação em pagamento de lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação da Matrícula 5.862.	Integralmente após dação dos lotes.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	-	-	-	-	(i) dação em pagamento de suas respectivas garantias, respeitados os valores dos seus créditos, com respectiva quitação total do crédito.	Dação de garantia
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	240	Mensal	4% a.a.	TR	i) parcelas mensais; ii) reforços de pagamento com alienação e, consequente direcionamento dos recursos para amortização do saldo devedor dos ativos pertencentes a Sociedade de Propósito Específico Camaquã, controlada pela Recuperanda.	Parcelada, em 240 meses
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios dos processos contra a Prefeitura de Porto Alegre.	
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos	
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
TOTAL									



Prestação de Contas

Abaixo segue resumo dos pagamentos de créditos concursais realizados pela Recuperanda. Registra-se que a prestação de contas detalhada referente ao cumprimento das obrigações do PRJ está em incidente específico, conforme determinações da Lei 11.101/2005, e em nosso site: www.administradorjudicial.adv.br.

CONDIÇÕES DO PLANO				ATUALIZAÇÃO EM MARÇO/2023				OBSERVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	VALOR A PAGAR	PAGO	EM ATRASO	A VENCER	
Art. 83, VIII	-	-	-	1.273.874,06	-	-	1.273.874,06	O saldo em aberto, se refere ao valor arrolado em favor do sócio André Loiferman.
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil - líquidos	nov/17	nov/18	6.104.800,93	4.469.414,93	1.635.386,00	-	-
	Créditos de até R\$ 70 mil - ilíquidos	-	-	640.338,45	468.484,70	171.853,75	-	Os pagamentos referem-se aos credores com data incorreta na certidão, mas que foram pagos pela CBG.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	12.027.980,40	4.593.829,14	7.434.151,26	-	A empresa encaminhou os termos de cessão e quitação antecipada de 14 credores trabalhistas, contudo, considerando que o plano de loteamento não foi finalizado, esta Administração Judicial entende pertinente ter como quitados os créditos somente após a cessão definitiva.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	9.118.235,98	-	9.118.235,98	-	Ainda não houve formalização da dação em pagamento das respectivas garantias.
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	542.723,49	423.120,82	119.602,67	-	A Recuperanda realizou a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros. A atualização foi paga, parcialmente, em junho/2022.
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	42.262.034,67	-	2.596.000,00	39.666.034,67	O valor em atraso contempla 55 parcelas em atraso relativo ao credor Banrisul S/A.
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	60.092.487,51	60.092.487,51	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão de créditos oriundos da ação judicial do DNIT e alienação das UPI's, conforme prevê o Plano, portanto, os credores notificados foram considerados como pagos. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	4.295.573,77	4.295.573,77	-	-	
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	37.159.299,97	37.157.406,23	1.893,74	-	
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	4.364.585,98	4.364.585,98	-	-	
	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	256.767,39	210.619,06	46.148,33	-	A Recuperanda está realizando a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros, mas irá proceder com os cálculos de encargos e posterior pagamento da diferença. Assim, o valor em atraso contempla 58 parcelas de credores que não foram pagos e a correção monetária de todos os créditos.
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais Ordinários	-	-	7.269.107,83	7.269.107,83	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão fiduciária de direitos creditórios a todos os credores, de acordo com comprovações enviadas à Administradora Judicial. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
TOTAL				185.407.810,43	123.344.629,97	21.123.271,73	40.939.908,73	



ANEXOS

I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE MARÇO/2023



medeiros²
administração judicial



 **0800 150 1111**

 **+55 51 99871-1170**

PORTO ALEGRE

Av. Dr. Nilo Peçanha, 2900 - 701
RS – CEP 91330-001

NOVO HAMBURGO

R. Júlio de Castilhos, 679, Salas 111 e 112
RS – CEP 93.510-130

CAXIAS DO SUL

Av. Itália, 482/501, Ed. Domênica Verdi
RS – CEP 95010-040

BLUMENAU

R. Dr. Artur Balsini, 107, BBC Blumenau
SC - CEP 89036-240

SÃO PAULO

Av .Brig. Faria Lima, 4221, 1º andar
SP - CEP 04538-133

RIO DE JANEIRO

Rua da Quitanda, 86, 2º andar
RJ - CEP 20091-005

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE MARÇO



ATIVO

CIRCULANTE

	03-2023	12/2022
Disponível	214.005,92	4.008,44
Aplicações Financeiras	3.222.777,47	706.607,50
Contas a Receber	-	5.536.730,06
Serviços a Faturar	7.793.592,80	
Adiantamento a Terceiros	1.022.855,79	1.012.917,30
Demais Valores a Receber	588.398,77	489.844,16
Total do ativo circulante	12.841.630,75	7.750.107,46

NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo

Deposito Judiciais	-	
Partes Relacionadas	12.900.904,37	11.050.198,66
Invetimentos	300.000,00	300.000,00
Imobilizado	8.402.853,49	9.194.222,80
Total do ativo não circulante	21.603.757,86	20.544.421,46
TOTAL DO ATIVO	34.445.388,61	28.294.528,92

Handwritten signature and initials in blue ink.

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE MARÇO



PASSIVO

CIRCULANTE

	03-2023	12/2022
Fornecedores	4.121.906,43	5.054.884,86
Obrigações Sociais e Trabalhistas	185.917,02	135.869,29
Obrigações Fiscais	1.927.914,38	800.497,05
Provisões p/ Imp Renda e Contr Social	1.057.676,10	487.763,51
Parcelamento de Tributos	2.341.279,41	2.449.002,13
Demais Contas a Pagar	614.837,33	607.962,74
Sociedade em Conta de Participação	0,00	(384.350,15)
Total do Passivo circulante	10.249.530,67	9.151.629,43

PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO

Partes Relacionadas	-	
Parcelamento de Tributos	-	
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Realizado	15.010.000,00	15.010.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.132.899,49	529.189,00
Lucro do Exercício	5.052.958,45	3.603.710,49
Total do patrimônio líquido	24.195.857,94	19.142.899,49

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.445.388,61	28.294.528,92
--	----------------------	----------------------

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	03-2023	12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24.201.786,49	22.435.486,88
Tributos e deduções de vendas	(1.567.152,83)	(1.917.870,05)
Receita operacional líquida	22.634.633,66	20.517.616,83
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(15.738.879,21)	(12.907.391,25)
LUCRO BRUTO	6.895.754,45	7.610.225,58
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(626.499,83)	(2.802.243,17)
Outras receitas (despesas) operacionais	(384.360,67)	12.139,39
Despesas Tributárias	(5.086,44)	(10.263,08)
Receitas financeiras	31.884,75	294,87
Despesas financeiras	(109.128,89)	(529.423,79)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	5.802.563,37	4.280.729,80
Imposto de Renda e Contrib. Social	(749.604,92)	(677.019,31)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.052.958,45	3.603.710,49


BGSE Construções Ltda
Andre Loiferman
CPF 354.259.200,59


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.

"em recuperação judicial"

CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

BALANCETE DE MARÇO 2023



ATIVO

	03-2023	12-2022
CIRCULANTE		
Disponível	1.011,62	1.140,79
Aplicações financeiras		
Contas a receber	18.681.422,08	18.681.422,08
Serviços a faturar	11.865.891,30	11.865.891,30
Estoques	36.285,68	36.285,68
Adiantamentos a Terceiros	3.125.009,20	3.134.873,20
Outros Créditos a Receber	949.867,03	945.692,89
Total do ativo circulante	34.659.486,91	34.665.305,94
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.480.311,84	2.480.311,84
Partes relacionadas	2.735.113,43	2.517.095,28
Investimentos	19.142.899,49	19.142.899,49
Imobilizado	3.087.759,44	3.087.759,44
Total do ativo não circulante	27.446.084,20	27.228.066,05
TOTAL DO ATIVO	62.105.571,11	61.893.371,99

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.

"em recuperação judicial"

CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

BALANCETE DE MARÇO 2023



PASSIVO

	03-2023	12-2022
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	3.310.890,46	3.310.890,46
Fornecedores	5.151.292,21	5.240.667,93
Obrigações sociais e trabalhistas	6.294.945,65	6.185.057,45
Provisões Trabalhistas	21.084,30	17.078,67
Obrigações fiscais	3.018.300,19	2.949.925,82
Parcelamentos Simplificado	916.435,24	916.435,24
Parcelamentos Pert	2.523.968,79	2.523.968,79
Parcelamentos Estaduais	430.976,33	434.276,48
Parcelamentos Municipais	50.463,47	61.048,90
Parcelamentos PGFN	15.343,99	28.155,62
Demais contas a pagar	1.937.719,75	1.917.157,04
Total do passivo circulante	23.671.420,38	23.584.662,40
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	2.555.000,59	2.555.000,59
Fornecedores	132.039,73	132.039,73
Obrigações sociais e trabalhistas	561.367,06	561.367,06
Obrigações fiscais	3.269.141,39	3.269.141,39
Parcelamento Impostos PERT	7.746.010,81	7.746.010,81
Parcelamentos Simplificado	838.418,99	838.418,99
Partes relacionadas	19.796.751,08	19.145.206,65
Total do passivo não circulante	34.898.729,65	34.247.185,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720,47	1.852.720,47
Prejuízos acumulados	(42.612.496,10)	(36.898.662,71)
Resultado do Exercício em Curso	(534.153,29)	(5.721.883,39)
Total do patrimônio líquido	3.535.421,08	4.061.524,37
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.105.571,11	61.893.371,99

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE MARÇO 2023
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



	03-2023	12-2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	486.301,54	1.805.132,56
Tributos e deduções de vendas	(29.339,24)	(118.380,13)
Receita operacional líquida	456.962,30	1.686.752,43
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(383.915,76)	(2.218.950,88)
LUCRO BRUTO	73.046,54	(532.198,45)
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(397.085,47)	(7.640.252,95)
Outras receitas (despesas) operacionais	13.842,13	3.639.479,56
Despesas Tributárias	(15.029,06)	(106.035,33)
RESULTADO ANTES DO MOV. FINANCEIRO	(325.225,86)	(4.639.007,17)
Receitas financeiras	7,01	3.439,02
Despesas financeiras	(208.934,44)	(1.086.315,24)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	(534.153,29)	(5.721.883,39)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(534.153,29)	(5.721.883,39)


Construtora Brasília Guaíba Ltda
Em Recuperação Judicial
André Loiferman CPF 354.259.200,59
Diretor Presidente


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716